

Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli
(organizador)

EDITORA



UnB



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Fernando César Lima Leite
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
: Carlos José Souza de Alvarenga
: Estevão Chaves de Rezende Martins
: Flávia Millena Biroli Tokarski
: Jorge Madeira Nogueira
: Maria Lidia Bueno Fernandes
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
: Sely Maria de Souza Costa
: Verônica Moreira Amado

EDITORA



UnB

Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

Reginaldo Ghiraldelli
(organizador)



Pesquisa,
Inovação
& Ousadia

Coordenação de produção editorial : Equipe editorial
Preparação e revisão : Luciana Lins Camello Galvão
Projeto gráfico : Angela Gasperin Martinazzo
Diagramação : Wladimir de Andrade Oliveira
Haroldo Brito

© 2020 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do
Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

T578 Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira /
Reginaldo Ghiraldelli (organizador). – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2021.
268 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-016-9

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Direitos sociais. 3. Política social. 4. Desigualdade social. I. Ghiraldelli, Reginaldo (org.). II. Série.

CDU 331(81)

Sumário

Prefácio 9

Apresentação 17

Reginaldo Ghiraldelli

Capítulo 1

Trabalho, contrarreformas e (des)proteção social no Brasil 27

Reginaldo Ghiraldelli

Introdução 27

1. O Brasil nos tempos neoliberais e as mudanças nas relações de trabalho 32
 2. A construção contraditória dos direitos sociais no Brasil: crises, contrarreformas e retrocessos sociais 37
 3. A Contrarreforma Trabalhista e a dilapidação dos direitos sociais 47
- Considerações finais 52

Capítulo 2

Classe trabalhadora, novo sindicalismo e autoemancipação 61

Michelly Ferreira Monteiro Elias

Introdução 61

1. O avanço das lutas da classe trabalhadora no período de esgotamento da ditadura civil-militar e a formação do novo sindicalismo 64
 2. O significado político do novo sindicalismo para as lutas da classe trabalhadora brasileira 73
 3. O novo sindicalismo frente à perspectiva da autoemancipação da classe trabalhadora brasileira 78
- Considerações finais 83

Capítulo 3

O trabalho temporário no Estado capitalista 87

Eduardo Augusto Rodrigues Barros

Introdução **87**

1. O trabalho temporário no capitalismo **89**
 2. O trabalho temporário nos serviços privados e públicos no Brasil **91**
 3. O contrato temporário na carreira socioeducativa do DF e sua precarização **96**
- Considerações finais **115**

Capítulo 4

A participação social no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora 125

Natália Pereira Caixeta

Introdução **125**

1. Precarização estrutural do trabalho e rebatimentos na organização da classe trabalhadora **127**
 2. Percurso teórico-metodológico e controle democrático no campo da saúde do(a) trabalhador(a) **130**
 3. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) **149**
- Considerações finais **152**

Capítulo 5

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social 159

Renata Maria da Conceição Freitas

Introdução **159**

1. Contextualização sócio-histórica da Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social **163**
 2. A Institucionalização da Educação Permanente **177**
- Considerações finais **192**

Capítulo 6

As multifaces do trabalho precário no Sistema Único de Assistência Social 201

Regiane Cota e Rocha

Introdução **201**

1. Considerações sobre as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) **208**

2. Condições de trabalho no Suas sob a ótica dos trabalhadores **211**

Considerações finais **224**

Capítulo 7

Ações profissionais e condições de trabalho de assistentes sociais na Atenção Primária à Saúde 231

Andreia de Oliveira

Reginaldo Ghiraldelli

Introdução **231**

1. Serviço Social, Saúde e Atenção Primária à Saúde **239**

2. O percurso metodológico-investigativo e a aproximação ao cotidiano de trabalho de assistentes sociais **243**

Considerações finais **260**

Sobre os autores e as autoras 265






A Apresentação

Reginaldo Ghiraldelli
(Organizador)

Analisar a atual configuração do mundo do trabalho e dos direitos sociais no Brasil, seguindo o rigor acadêmico e científico, não é uma tarefa fácil e simples. Isso porque nos deparamos no tempo presente com movimentos que negam, rechaçam e criminalizam o conhecimento científico, crítico e criterioso da realidade social. São tempos obtusos, de ameaças e ataques à educação pública e à autonomia e sustentabilidade da universidade pública, como também de censura ao pensamento crítico. Essa realidade requer, de intelectuais e pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, capacidade analítica que possibilite o trânsito e a ultrapassagem entre a aparência fenomênica e a essência da vida social, de modo a extrapolar o obscurantismo que paira na cena cotidiana e contemporânea. Isso só é possível por meio de apreensões consistentes da realidade e concepções teóricas e empíricas fundamentadas no trato rigoroso da pesquisa acadêmico-científica.

O Brasil, nos últimos anos, atravessa uma crise caracterizada, sobretudo, por instabilidades econômicas, crescimento das desigualdades sociais e polarização ideopolítica da sociedade. Esse cenário traz em si



as marcas contraditórias, tensas e conflituosas da formação social brasileira. País de dimensão continental, de reconhecidas riquezas culturais e naturais, mas também de profundas desigualdades sociais e elevada concentração de renda, o Brasil preserva traços de uma história que se sustentou no escravismo mercantil, em relações de exploração-opressão e na constituição de uma classe dominante individualista, preconceituosa, racista, patriarcal, violenta, sanguinária, avessa ao bem-estar coletivo e aos direitos de cidadania.

Por isso, é importante apreender a processualidade histórica na análise da realidade brasileira, sobretudo com o agravamento da crise econômica e política que ameaça os pilares da democracia e dos direitos sociais, constituídos, nas últimas décadas, por meio de árduas lutas da classe trabalhadora.

Essa crise contemporânea apresenta proporções e dimensões que envolvem toda a estrutura do sistema capitalista, mas com traços novos e processos inéditos. Ocorre nessa fase um redimensionamento do Estado, que, mantendo seu caráter autoritário e de classe, sob os preceitos neoliberais, passa a adotar medidas de austeridade, ajuste fiscal, privatizações e cortes nas políticas públicas. Nesse novo ordenamento, são implementadas medidas de enxugamento da regulação estatal, que resultam no ataque medular ao sistema de proteção social e na liquidação dos direitos de cidadania, por meio de privatizações e apropriação do patrimônio e do fundo público para fins mercantis.

Nos marcos dessa crise, em que responsabilidades do Estado são transferidas para a sociedade, são formulados mecanismos ideopolíticos de crítica ao “Estado Social”, como se o intervencionismo estatal na esfera social fosse um obstáculo para o desenvolvimento econômico e para o pleno exercício da liberdade, da democracia e da cidadania. São formulações falaciosas, e o que se observa, diante das façanhas do capital financeiro e das medidas neoliberais regressivas implementadas nas últimas décadas, é um quadro de barbárie civilizatória, que se expressa no aprofundamento das desigualdades sociais, no desemprego em dimensão estrutural, nos crimes ambientais, na xenofobia, no racismo, no machismo, na LGBTfobia, na criminalização da pobreza,

na repressão às lutas sociais e no ataque às liberdades democráticas, dentre outras evidências que encontram respaldo nas formas violentas de exploração e opressão da sociedade capitalista-patriarcal-racista.

Diante do aprofundamento de medidas neoliberais, a máxima (compreendida como regra) do intervencionismo do Estado, no estágio de acumulação do capitalismo financeiro-internacional, passa a ser a desregulamentação dos direitos de cidadania, a apropriação do fundo público para fins mercantis e a privatização do patrimônio e dos serviços públicos. A reorientação da política social como atividade não exclusiva do Estado potencializa sua mercantilização, que passa a ser tratada como negócio rentável e lucrativo, como se observa com as medidas de privatização da saúde, da educação e da previdência. Economicamente, o neoliberalismo busca atacar e minar tudo o que diz respeito às políticas públicas e aos direitos sociais, enquanto no plano ideopolítico, por meio de mecanismos geradores de consensos, busca introduzir a ideia do esforço, do mérito e da capacidade individual, transferindo para os indivíduos responsabilidades amparadas em uma lógica perversa de “premiações” pelos “sucessos” em detrimento da culpabilização e penalização pelos “fracassos” e “derrotas” individuais. Assim, a ideia de sucesso e fracasso passa a compor o universo da sociabilidade capitalista de orientação neoliberal, evidenciando os valores do individualismo e da meritocracia.

A promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado de interesses, disputas e forças divergentes, é um importante marco na edificação da proteção social brasileira, diante do reconhecimento da seguridade social como direito de cidadania e dever do Estado. A seguridade social contempla as políticas públicas de saúde (reconhecida como direito universal, independente de contribuição), a assistência social (para quem dela necessitar, mediante critérios de seletividade) e a previdência social, de caráter contributivo.

O texto constitucional também apresenta, em seu artigo 6º, o trabalho como um direito social fundamental, e no artigo 7º, elenca detalhadamente o que contemplam esses direitos. Contudo, os anos 1990 são marcados pela implantação de medidas neoliberais no Brasil, sob

a orientação do Consenso de Washington de 1989, o que significou os limites de efetivação das prerrogativas contidas na carta constitucional.

Em 1993, é aprovada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) a súmula nº 331, que descrevia e autorizava a terceirização das atividades-meio. A partir de então, ainda nessa década, iniciou-se um amplo e forte processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, que processual e gradativamente foi derruindo os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Seu desmonte em sentido pleno aconteceu em 2017, com a aprovação da Reforma Trabalhista, durante o governo de Michel Temer.

Teses de conteúdo liberal estão na base dos grupos defensores da Reforma Trabalhista, na medida em que julgam a CLT obsoleta, apontam para a necessidade de um mercado autorregulado e consideram que a proteção social é uma limitação e ameaça para o crescimento econômico, a competitividade e a geração de empregos. São teses falaciosas, pois o que se observa é um acirramento da crise política e econômica no Brasil, com implicações para o crescimento das desigualdades sociais e regionais. Dados recentes sobre o elevado índice de desemprego no país, após a vigência da nova legislação trabalhista, revelam os ardis contidos no discurso da “modernização” trabalhista como receituário para a geração de empregos.

A nova legislação trabalhista abre caminho para a desproteção total e absoluta de trabalhadores e trabalhadoras, colaborando para o desmonte dos direitos sociais, para os processos de intensificação, precarização, terceirização e subcontratação e para o aumento de acidentes e adoecimentos advindos da sobrecarga laboral, além da fragmentação da classe trabalhadora, tendo em vista os entraves para a organização sindical.

O que se observa, nesse contexto de crise e de acirramento das lutas de classe, é um movimento do capital que, para assegurar interesses e necessidades sob a ótica lucrativa, reprodutiva e acumulativa, impõe medidas draconianas que atingem visceralmente o conjunto da classe trabalhadora, como é o caso da citada Reforma Trabalhista, que traz consequências diretas para a degradação do trabalho e para a vida da população que vive e sobrevive do trabalho. Ações predatórias

e destrutivas estão em curso, sob a chancela e orquestração do capitalismo financeiro, tendo como base a defesa intransigente de mudanças na legislação, com o objetivo de desestruturar o sistema de proteção social e de direitos da classe trabalhadora. Também nesse contexto de retrocessos humanos e sociais sem precedentes, vem à tona a exaltação da tortura, a defesa da liberação do porte de armas, a criminalização e censura ao pensamento crítico, a apologia à violência e a recusa aos debates sobre questões de gênero e diversidade sexual.

As reformas apresentadas, como a Trabalhista e a da Previdência, soam como o “canto da sereia”, no sentido de construir um arcabouço ideopolítico para ludibriar, seduzir e convencer a população de que tais medidas são necessárias para atacar e eliminar os privilégios existentes, de modo a resolver os inúmeros e históricos problemas sociais brasileiros. Porém, o que se verifica, considerando a face autoritária do Estado, são ataques e punições aos pobres e aos trabalhadores brasileiros diante das perdas de direitos conquistados historicamente. O que está em curso é um processo gradativo de desmonte da nação e de destruição dos frágeis alicerces de um Estado Social constituído nas últimas décadas com base em valores e princípios democráticos.

O pacto constitucional dos anos 1980 materializou o compromisso do Estado brasileiro com a cidadania, a dignidade humana, a justiça, a liberdade, a democracia, os direitos sociais e o combate ao preconceito e à discriminação. Por isso, analisar a edificação dos pilares democráticos e de direitos requer uma interpretação dialética da Carta Magna de 1988, de forma a considerar os interesses antagônicos, as contradições, as disputas e as forças em presença, tendo em vista a afirmação da cidadania, da democracia, da justiça e ao mesmo tempo a sua negação, pois o que se observa é uma sequência de medidas contrárias e autoritárias que caminham para a desconstrução da proteção social.

Na contramão dos valores e princípios democráticos, o Brasil vive uma onda de retrocessos diante de uma forte ofensiva conservadora, reacionária e ultraliberal, que afeta e desmantela a proteção social e os direitos conquistados historicamente por meio de lutas e resistências da classe trabalhadora. São tempos de retrocessos históricos, de barbárie,

de destruição dos direitos e também de consequências danosas e irreversíveis para o meio ambiente, colocando em risco o futuro e a reprodução da humanidade.

O atual estágio de sociabilidade capitalista, baseado em uma exploração sem limites e sem precedentes na história, abre as portas para a instauração da barbárie. Tal projeto, fundamentado na inversão de valores e em uma sociedade coisificada, ameaça a condição existencial de vida e sobrevivência humana. Os indivíduos sociais se deparam com o limite da sobrevivência e com a ausência de sentido no que se refere à própria existência, diante da mercadorização e fetichização da vida social. Nesse espectro, sob a ótica predatória do capital, os indivíduos sociais são vistos meramente como fonte de lucro e acumulação capitalista.

O desmonte do “Estado Social”, prevê a maximização da exploração humana nos processos de produção e a redução da classe trabalhadora ao nível de coisa. As condições humanas de cidadania e de dignidade são negadas e formas de exploração e opressão são potencializadas, com repercussões na cena pública, como é o caso do trabalho análogo ao escravo, humilhações, assédios, violência, crimes de ódio, dentre outros exemplos de violação de direitos que expõem os custos humanos de uma crise civilizatória que se alastra internacionalmente desde os anos 1970 e se intensifica atualmente.

No Brasil de desigualdades históricas e profundas, assentadas na exploração, na opressão, no patriarcado, no racismo e na intolerância à diversidade humana, o presente livro/coletânea é um convite a pensar criticamente os rumos do trabalho e da proteção social diante da dilapidação e aniquilamento de direitos e das ameaças aos pilares da democracia. Também se apresenta como um instrumento de resistência coletiva que caminha na contramão do obscurantismo e da negação do conhecimento acadêmico e científico. Por isso, é importante que tenhamos em mente os projetos de sociedade em disputa para que possamos lutar e defender, de forma consciente e crítica, um projeto societário que esteja comprometido com as necessidades da classe trabalhadora, no horizonte de uma sociabilidade humanamente emancipada.

O livro/coletânea resulta de pesquisas realizadas nos últimos anos e vinculadas ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social (Trasso), do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). São resultados de pesquisas de docentes e de discentes que contaram com financiamento de agências nacionais de fomento como a Capes e o CNPq.

O tema da coletânea “Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira” é atual e interdisciplinar, e considera, pelos conteúdos abordados, a necessidade dos debates que constam na agenda política, social e econômica brasileira, tais como: a reforma trabalhista, os direitos e a proteção social; a organização e representação sindical; as diversas formas de contratação laboral, como é o caso do trabalho temporário no serviço público; a construção da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora; a importância e necessidade de uma política nacional de educação permanente para trabalhadores, além da discussão sobre as condições de trabalho nos diversos âmbitos da prestação de serviços sociais e públicos, como é o caso da saúde e da assistência social.

Na esteira das particularidades da realidade brasileira e considerando as transformações e tensões nas relações Estado-sociedade, a presente coletânea, organizada em 7 (sete) capítulos que dialogam com a atualidade do mundo do trabalho e dos direitos sociais, objetiva contribuir com o debate coletivo e com a produção de conhecimento.

O primeiro capítulo, “Trabalho, contrarreformas e (des)proteção social no Brasil”, apresenta, em linhas gerais, um breve panorama da constituição do mercado de trabalho e do sistema de proteção social brasileiro no decorrer do século XX, com o objetivo de compreender, a partir de uma perspectiva histórica e dialética, a construção dos direitos e o atual estágio de implementação de medidas de austeridade e contrarreformas voltadas para a destruição desses direitos. Também enfatiza as consequências deletérias da Contrarreforma Trabalhista para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

O segundo capítulo, “Classe trabalhadora, *novo sindicalismo* e autoemancipação”, contextualiza a luta de classes no Brasil e o protagonismo do *novo sindicalismo* na segunda metade do século XX como importante movimento de organização e representação da classe trabalhadora na luta por direitos e emancipação. Discorre sobre os desafios postos ao movimento sindical em vista das características e particularidades da formação social brasileira, considerando as contradições, os limites e potencialidades para um processo de autoemancipação da classe trabalhadora.

No terceiro capítulo, o debate se volta para “O trabalho temporário no Estado capitalista”, tendo como ponto de partida as transformações recentes ocorridas no mundo do trabalho. Nele se analisa como a modalidade de trabalho temporário adentra todos os espaços, organizações e setores produtivos, como é o caso do serviço público. O texto apresenta reflexões sobre as características do trabalho temporário e aborda sua incidência e respectivos desdobramentos na realidade do serviço público do Distrito Federal, a partir de aproximações ao universo das políticas sociais socioeducativas.

O quarto capítulo resulta de pesquisa sobre “A participação social no campo da saúde do trabalhador e da trabalhadora”, que objetivou identificar os mecanismos de controle democrático e a efetivação dos direitos sociais a partir da experiência representativa e participativa de sujeitos políticos nas Conferências Nacionais de Saúde do(a) Trabalhador(a).

O quinto capítulo, intitulado “A Política Nacional de Educação Permanente para trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social”, propõe-se a analisar os percalços na implementação dessa política, sob a ótica da garantia de direitos em um contexto de precarização estrutural das condições de trabalho e de sucateamento dos serviços sociais públicos. Nesse cenário de desmonte das políticas públicas e dos direitos sociais, o texto aborda os limites, as possibilidades e as perspectivas de efetivação da política de educação permanente como um direito de trabalhadores e trabalhadoras inseridos na prestação de serviços socioassistenciais.

No sexto capítulo, “As multifaces do trabalho precário no Sistema Único de Assistência Social”, analisam-se as condições de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras desse sistema, partindo da compreensão de que alterações substantivas e corrosivas ocorreram no mundo do trabalho e na relação Estado-sociedade, deteriorando as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, com repercussões nos espaços produtivos e reprodutivos. Além disso, cortes orçamentários nas políticas públicas atingiram sobremaneira a assistência social, provocando efeitos diretos na qualidade dos serviços prestados à população e, ao mesmo tempo, intensificaram e precarizaram as relações laborais.

O sétimo e último capítulo, “Ações profissionais e condições de trabalho de assistentes sociais na Atenção Primária à Saúde”, tem o propósito de apresentar, em linhas gerais, como se organizam os processos de trabalho de assistentes sociais nessa esfera de saúde, tendo como universo investigativo o Distrito Federal. A partir do recente redimensionamento do mercado de trabalho e das políticas sociais, são abordadas as ações profissionais, as atribuições, as competências e as condições de trabalho de assistentes sociais na área da saúde.

Por fim, desejamos uma boa leitura, na expectativa de que os anseios por uma forma de sociabilidade livre, igualitária e plena de sentidos alimentem os nossos horizontes.



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Trabalho, direitos e desigualdades na realidade brasileira

A coletânea organizada por Reginaldo Ghiraldelli reúne capítulos que são resultado de pesquisas de integrantes do Trasso (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social). Abrange temas importantes, como as questões relacionadas ao trabalho e aos direitos sociais, especialmente neste momento histórico, caracterizado por um clima de obscurantismo e de subtração do compromisso do Estado com o sistema de proteção social.

Os capítulos abordam diferentes aspectos da realidade, com destaque para a situação do mundo do trabalho e a realização dos direitos sociais. Dentre os temas estudados, analisam-se a configuração do trabalho no contexto de reformas, o sindicalismo, a problemática do trabalho temporário, a participação social na política de saúde do trabalhador, a necessária efetivação de uma política de educação permanente para trabalhadores da assistência social, as expressões do trabalho precário na assistência social, as condições de trabalho e as intervenções profissionais de assistentes sociais na área da saúde.

Trata-se de uma obra cuidadosa, que explora diversas questões com olhar crítico e abordagem científica, voltada para pesquisadores e profissionais da área, mas também para todos aqueles que desejam ter uma visão aprofundada dos problemas atuais, em contraste com os *slogans* superficiais e mistificadores da realidade contemporânea.

Annamaria Campanini

Docente da Universidade de Milão Bicocca e
Presidente da Associação Internacional de
Escolas de Serviço Social (IASSW)

Foto ao fundo:

Interior do
Instituto de
Química/UnB.
Por Luiz Felipe
Barcelos.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-016-9



9 786558 460169